

PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 326/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 631/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no vigente e dá Outras Providências"

O Poder Executivo Municipal propõe a abertura de crédito adicional especial por Superavit Financeiro no orçamento vigente no valor de 14.610,13 (mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) com o objetivo de de devolução do saldo de repasse do Termo do Convenio nº 909359/2020/MDR,,incluindo ntrapartida Municipal composta por rendimentos bancários e saldos orçamentários.

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão Constituição e Justiça, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 326/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 326/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores

Vereador Presidente

Adriano de Almeida Lima

Vereador Relator

Renato Leitão dos Santos

Vereador Membro



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO **PARECER** PROJETO DE LEI Nº 326/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 631/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no vigente e dá Outras Providências"

O Poder Executivo Municipal propõe a abertura de crédito adicional especial por Superavit Financeiro no orçamento vigente no valor de 14.610,13 (mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) com o objetivo de de devolução do saldo de repasse do Termo do Convenio nº 909359/2020/MDR,,incluindo contrapartida Municipal composta por rendimentos bancários e saldos orçamentários.

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 326/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024 opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 326/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Marcelo Ferrera Barros

Vereador Presidente

Valdomiro Jacintho de Oliveira

Vereador Relator

erson Rodrigues de Oliveira

Vereador Membro

PARECER COMISSÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 326/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 631/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no vigente e dá Outras Providências"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe a abertura de crédito adicional especial por Superavit Financeiro no orçamento vigente no valor de 14.610,13 (mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) com o objetivo de de devolução do saldo de repasse do Termo do Convenio nº 909359/2020/MDR,,incluindo trapartida Municipal composta por rendimentos bancários e saldos orçamentários.

II - ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Agricultura emeio Ambiente, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 326/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura emeio Ambiente em Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 326/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Vereador Presidente

Lucas Luiz de Cristo Teixeira João Pinto Júnior leite Ramalho

Vereador Relator

Vereador Membro